
Jornalismo e direitos humanos: teoria e práticas possíveis¹

Alice Mitika Koshiyama ²

Universidade de São Paulo – ECA-USP

Resumo

Este trabalho defende princípios para o jornalismo, que difere da comunicação. Jornalismo não se contenta com versões sobre acontecimentos. Jornalistas devem perguntar o que houve, levantar informações e descobrir o que de fato aconteceu, com o uso das técnicas de investigações e seguindo as demandas do interesse público (GALLEGO-DÍAZ, 2013). E perguntar, investigar, interrogar fontes, assinalar lacunas de informação ao publicar os dados. (CUNHA, 2011). Expomos questões teóricas, e práticas de jornalismo sobre direitos humanos.

Palavras-chave jornalismo-direitos humanos; ditadura-Brasil 64; EL PAÍS; Soledad Gallego-Díaz; Luiz Cláudio Cunha.

Corpo do trabalho

Introdução

A defesa dos direitos de cidadania devia ser a diretriz dominante de todas as publicações jornalísticas. Mas tal fato não acontece. Por isso pesquisamos o trabalho de dois jornalistas, Soledad Gallego-Díaz e Luiz Cláudio Cunha, que preservam os valores do jornalismo, diferentes dos valores que pautam a comunicação. E souberam formular em teoria e na prática textos que respondem à questão: por que o jornalismo é fundamental para a existência da democracia e dos direitos das pessoas humanas?

Soledad Gallego-Díaz

Soledad Gallego-Díaz nasceu em Madrid, em 1951. Atualmente é diretora de EL PAÍS, periódico fundado em 1976 por Jesús de Polanco. É a primeira mulher a ter essa responsabilidade, depois de ter ocupado os principais cargos do jornal, na Espanha e no exterior. Estudou jornalismo na Escuela Oficial de Madrid. Escreve diariamente no

¹ Trabalho apresentado no GPT- Teorias do Jornalismo, XVIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do 41º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Professora Senior Dr. Atua no curso de graduação em Jornalismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP). Docente e orientadora do PPGCOM/ECA-USP da linha de pesquisa Informação e mediações na práticas sociais” e coordenadora do Grupo de Pesquisa “Jornalismo e a Construção da Cidadania” (CNPq)

Email_ alicemitika@yahoo.com ou alicemit@usp.br

jornal, é editorialista e colunista. No jornalismo apóia movimentos feministas, e os incentiva (Coluna: Vá em frente #Me Too, 2018)

EL PAÍS tem uma edição digital em português, fundada em 2013, e muito acessada pelos brasileiros. Democracia liberal, direitos humanos, reportagem dos interesses dos direitos de cidadania para as minorias, nos assuntos de cultura, educação, saúde, esportes e tecnologias são pautas relevantes em suas reportagens. É uma das melhores publicações jornalísticas do Brasil para informações sobre direitos humanos no país e na América Latina.

Em 2012, Gallego-Díaz recusou proposta feita por Juan Luís Cebrián de assumir a direção do jornal com a saída dele. Mas ela tinha idéias claras sobre o que devia ser feito. Jornalista e mestra, Soledad Gallego-Díaz integra os conhecimentos do jornalismo como profissão e como ação pela democracia na história em seu apelo à cidadania dos jornalistas no instigante texto, um desafio a todos: Si te van a matar, no te suicides, apresentado na abertura do 26º curso da Escuela de Periodismo EL PAÍS, em 15/03/2012 (http://elpais.com/elpais/2012/03/15/opinion/1331836802_010235.html).

Pronunciado para uma platéia em que também estavam presentes executivos e jornalistas da direção de EL PAÍS, no momento de intensos debates internos sobre os rumos do jornalismo e dos negócios da empresa. E que terminou com a reestruturação da equipe, em que cerca de 1/3 dos jornalistas foram despedidos em outubro de 2012. Cerca de 130 profissionais experientes perderam seus postos, e na avaliação do processo criaram um lugar na internet (<http://elpaiscomite.blogspot.com.br/>) para relatar os acontecimentos e o confronto com a direção do principal executivo da PRISA, jornalista Juan Luis Cebrián .

Jornalismo, informação e democracia

Soledad Diaz reconhece que vivemos em um momento revolucionário, com mudanças tecnológicas e profundos desafios para as empresas voltadas para o jornalismo. Os jornalistas devem assumir os aspectos positivos das tecnologias e compreender que temos que atuar em um mundo em transformação, recomenda que há práticas e valores que pertencem ao jornalismo como profissão fundamental para o estado democrático que não podem ser destruídos. Ela lembra que o descrédito sobre o papel da imprensa é acompanhado pelo descrédito à democracia.

Uma das responsáveis pela criação e consolidação do jornal EL PAÍS, afirma: “De puro medo da morte dos periódicos, os jornalistas terminarão por dar um tiro no jornalismo. A pior maneira de se suicidar é limitar-se a divulgar distintas versões sobre o que aconteceu. Jornalismo é indagar e buscar a verdade.”³

Lembrava em 2013, que há 26 anos acompanhava EL PAÍS, Soledad Diaz destacou:

“a mudança no modelo da empresa jornalística que se transformou em empresa de comunicação e se investigamos, de telecomunicação, provocando uma alteração no modelo de negócios, e conseqüentemente das formas de trabalhar e destruindo conceitos inamovíveis até então”⁴

Como pode o jornalismo sobreviver a essa nova realidade na história? Ela reflete sobre as possibilidades para enfrentar as mudanças, e condena tanto a nostalgia do jornalismo do passado como a passiva aceitação de que a profissão de jornalista está morta. Enfim não podemos aceitar que tudo virou comunicação e ela explica as razões.

Resumimos suas proposições:

a) Uma forma de suicidar-se é acreditar que o jornalismo é “nosso”, de uma geração determinada de jornalistas (...). Essa é uma idéia muito letal e funesta, pois leva a não aceitar mudanças, a negar novas realidades e, sobretudo, impede precisamente o que é mais necessário, o debate aberto entre jornalistas de todas as gerações e de todos os meios, que nos permita recuperar a importância como profissionais.

b) O problema não é se continuará a haver periódicos em papel ou em meios eletrônicos. O problema é: o que é o jornalismo nesta nova época, como as novas ferramentas o afetam e se essas ferramentas e novos processos podem deteriorar, ou mesmo destruir as regras básicas de nossa profissão.

c) Outro modo de se suicidar é confundir jornalismo e comunicação. Quanto mais sei do mundo da comunicação, mais exigente eu fico como mundo do jornalismo. Tudo é jornalismo? De imediato que não. Talvez tudo seja comunicação, porém o jornalismo tem regras, normas e objetivos determinados.

Que regras são essas? São as elaboradas por Kovach e Rossenstiel em seu livro “Elementos do jornalismo”:

“A primeira obrigação de um jornalista é a verdade”. Deve lealdade a todos os cidadãos. Sua essência é a disciplina da verificação. Deve manter a independência em relação àqueles a quem informa. (E

³ De puro miedo a la muerte de los periódicos, los periodistas terminaremos pegándole un tiro al periodismo. La peor manera de suicidarse es limitarse a vocear distintas versiones. Periodismo es indagar y buscar la verdad.

⁴ (...) un profundo cambio del modelo de la empresa periodística, que es ya una empresa de comunicación y, si me apuran, de telecomunicación, un cambio del modelo de negocio, y, conseqüentemente, de las formas de trabajar; una revolución, incluso de conceptos que parecían inmovibles y que han saltado por los aires.

também em relação às suas fontes, diria eu). Deve exercer um controle independente do poder.”

d) (...) Gostaria também de lembrar as recomendações de Albert Camus aos jornalistas. Suas regras. Eram estas:

“Identificar o totalitarismo e denunciá-lo. Não mentir e saber confessar o que se ignora. Negar-se a qualquer forma de despotismo, ainda que contingencial.”.

Querem nos convencer de que a verdade não existe. Mas claro que ela existe. Não se trata de verdades filosóficas, nem religiosas, nem judiciais, mas apenas a verdade relacionada aos fatos.

É essa verdade que ajuda a sustentação da democracia, porque dá ao cidadão instrumentos para chegar às suas próprias conclusões. E que dá aos cidadãos conhecimentos necessários para serem mais autônomos.

e) Outra maneira de suicidar-nos é se entregar à pressa. Sempre houve pressas neste ofício.(...)

Porém, uma coisa é trabalhar com pressa e outra, é suprimir completamente o contexto dos fatos para ganhar tempo.

Um periódico é uma publicação que transmite fatos, contextos, análises e opinião a respeito desses fatos em um momento concreto. Além disso, gera um espaço público de discussão, de discussão política não de comunicação.

f) O pior modo de se suicidar é deixar de perguntar aos fatos e limitar-se a dar voz a diferentes versões. Isso não é jornalismo. Voltamos à comunicação, que consiste em compartilhar mensagens, e não em investigar o que elas dizem de correto.

Jornalismo, insistamos, é investigar fatos, acontecimentos que tenham interesse público e fazê-lo respeitando algumas regras.

O que é de interesse público? .

A definição mais clara que encontrei é a que nos oferece o Código de Prática da “Press Complaint Commission” do Reino Unido. Diz ele:

“É de interesse público detectar e expor delitos ou graves transgressões. Detectar ou expor uma séria conduta antisocial. Proteger a segurança e a saúde pública. Evitar que os cidadãos sejam confundidos por declarações ou atos de um indivíduo” (Especialmente se sua conduta contraria aquilo que ele prega.)”

g) (...) Não sabemos nada sobre o futuro. Os jornalistas sabem menos ainda. Limitemos a descrever o que acontece no presente e expliquemos porque acontece.

As utopias regressivas não nos servem. Porém não nos suicidemos com utopias sobre o que virá. A nós o que é nosso. Percamos essa cultura defensiva que nos prende e nos paralisa e comecemos a pensar e a discutir.

O jornalismo serviu à democracia e à sociedade e continua sendo vital para sua sustentação. Principalmente, nessas épocas de incerteza.

Jornalismo continua sendo a investigação dos fatos em busca da verdade. Porém para saber investigar os fatos, para saber perguntar sobre a verdade, falta ter treinamento e ofício.. E orgulho e determinação.⁵

⁵ a) Una manera de suicidarse es creer que el periodismo es "nuestro", de una generación determinada de periodistas,

Esa es una idea bastante letal y funesta, porque lleva a no aceptar cambios, a negarse a ver las nuevas realidades y, sobre todo, porque impide precisamente lo que más necesitamos, un debate abierto entre periodistas de todas las generaciones y de todos los distintos medios, que nos permita recuperar influencia como profesionales.

b) El problema no es si sigue existiendo el periódico en papel o en la tableta.

El problema es: qué es el periodismo en esta nueva época, cómo le afectan esas nuevas herramientas y si esas herramientas y nuevos procesos pueden deteriorar, o romper incluso, las reglas básicas de nuestra profesión.

c) Otro modo de suicidarse es confundir periodismo y comunicación

Cuanto más sé del mundo de la comunicación, más exigente me vuelvo con el mundo del periodismo. ¿Todo es periodismo? Desde luego que no. Quizás todo es comunicación, pero el periodismo tiene reglas, normas y objetivos determinados.

¿Qué reglas son esas? Las que elaboraron Kovach y Rosenstiel en su libro "Elementos del periodismo"

"La primera obligación de un periodista es la verdad. Debe lealtad ante todo a los ciudadanos. Su esencia es la disciplina de la verificación. Debe mantener la independencia con respecto a aquellos a quienes informa. (Y con respecto a sus fuentes, diría yo). Debe ejercer un control independiente del poder..."

d) (...) Me gustaría también recordar las recomendaciones de Albert Camus a los periodistas. Sus reglas. Eran estas:

"Reconocer el totalitarismo y denunciarlo. No mentir y saber confesar lo que se ignora. Negarse a cualquier clase de despotismo, incluso provisional".

Quiéren convencerlos de que no existe la verdad. Pero existe, claro que existe. No se trata de verdades filosóficas, ni religiosas, ni judiciales, sino de la verdad relacionada con los hechos.

Es esa verdad la que ayuda al sostenimiento de la democracia, porque le da al ciudadano instrumentos para llegar a sus propias conclusiones. Que les proporciona conocimientos necesarios para ser más autónomos.

e) Otra manera de suicidarnos es rendirse a la prisa. Siempre ha habido prisas en este oficio. (...)

Pero una cosa es trabajar con prisas y otra, suprimir completamente el contexto de los hechos para ganar tiempo.

Un periódico es una publicación que transmite hechos, contextos, análisis y opinión al respecto de esos hechos en un momento concreto. Además genera un espacio público de discusión, de discusión política, no de comunicación.

f) La peor manera de suicidarse es dejar de indagar los hechos y limitarse a vocear las distintas versiones. Eso no es periodismo. Volvemos a la comunicación, que consiste en compartir mensajes, y no en averiguar qué tienen de cierto.

Jornalismo de EL PAÍS e os direitos humanos

Os direitos humanos constituem pauta prioritária do jornalismo. Suas edições digitais que acompanhamos diariamente tem um sistema de arquivamento que possibilita a consulta de matérias antigas referentes a temas como ditaduras, julgamentos de torturadores, racismo, pedofilia, questões de gênero, movimentos sociais, personagens da política.

Escolhemos pela relevância e atualidade as informações mais recentes sobre Vladimir Herzog, morto sob tortura no DOI-CODI de São Paulo em 1975. Vários trabalhos de pesquisa e muitas reportagens jornalísticas foram escritas sobre o tema. O Instituto Vladimir Herzog faz um trabalho de esclarecimento e de suporte de informações sobre a conjuntura social, econômica e política dos fatos históricos pertinentes e atua para que as investigações sobre o acontecimento sejam efetuadas. A imprensa brasileira, em geral tem dado pouco destaque ao caso. EL PAÍS fornece os dados para contextualizar os fatos em várias matérias. A mais recente: “Brasil é condenado por não investigar assassinato e tortura de Vladimir Herzog”, matéria de 5 de julho que informa: “Corte

Periodismo, insistamos, es indagar en hechos, acontecimientos que tienen interés público y hacerlo respetando unas reglas.

¿Qué es de interés público?,

La definición más clara que he encontrado es la que proporciona el Código de Práctica de la Press Complain Commission, del Reino Unido. Dice así:

"Es de interés público detectar y exponer delitos o graves fechorías. Detectar o exponer una seria conducta antisocial. Proteger la seguridad y la salud pública. Evitar que los ciudadanos sean confundidos por declaraciones o hechos de un individuo". (Especialmente si su conducta no se ajusta a lo que predica)

g) (...) Nadie sabe nada del futuro. Los periodistas, menos que nadie. Limitemos a describir lo que pasa en el presente y expliquemos por qué pasa.

Las utopías regresivas no sirven de nada. Pero tampoco nos suicidemos con utopías venideras. Nosotros, a lo nuestro. Perdamos esta especie de cultura defensiva que nos atenaza y nos paraliza y empecemos a pensar y a discutir.

El periodismo ha servido a la democracia y a la sociedad y sigue siendo vital para su sostenimiento. Sobre todo en estas épocas de incertidumbre.

Periodismo sigue siendo la indagación de los hechos en busca de la verdad. Pero para saber indagar en los hechos, para saber preguntar por la verdad, hace falta tener entrenamiento y oficio. Y orgullo y determinación.

Interamericana de Direitos Humanos determina que o Estado brasileiro apure, julgue e se for o caso puna os responsáveis pela morte do jornalista na ditadura militar.” (https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/04/politica/1530734238_207748.html)

Mais informações são indicadas em duas reportagens do arquivo. (de 25 de maio:) “Corte Internacional vai decidir se condena Brasil pela morte de Herzog na ditadura”. (De 24 de maio:) “Ivo Herzog: O Brasil insiste em virar a página da ditadura mas sem escrevê-la antes”.

É uma amostra de que estão sendo aplicados os princípios do jornalismo, lembrados por Soledad Gallego Díaz. Há uma percepção do valor de uso do jornalismo, que transcende a posição do negócio empresarial. Sem ignorar injunções econômicas e sociais do mercado, a ideologia que condiciona o trabalho. Mas tendo definições claras do que buscam enquanto cidadãos, constroem os limites do trabalho jornalístico.

Luiz Cláudio Cunha

No embate pelos direitos humanos, em busca do registro dos acontecimentos da história recente, acompanhamos Luiz Cláudio Cunha. No seu resumo crítico da história do jornalismo ao receber o título de “doutor honoris causa” em Jornalismo pela UNB disse que saber fazer perguntas e registrar as respostas, avaliá-las e continuar formulando novas perguntas e cuidar de fixar o que se descobre, é dever do jornalista. E destaca que fazer perguntas em busca de respostas para temas e problemas da sociedade é o trabalho para os jornalistas brasileiros hoje.

Sua proposição sobre a prática do jornalismo é fruto de sua vida de repórter iniciada na sucursal de Porto Alegre da revista *Veja* . Nela fez a histórica reportagem sobre os militantes políticos uruguaios Universindo Dias e Lílían Celiberti, salvando-os do seqüestro pela polícia política do Rio Grande do Sul, que atuava em conjunto com a repressão do Uruguai. Escreveu reportagens, chefiou redações, assessorou parlamentares, como Pedro Simon do PMDB. E sempre aplicou suas regras de fazer jornalismo.

Verdade e Comissão Nacional da Verdade

A Comissão da Verdade descobriria as ações sombrias dos anos da ditadura no Brasil e daria pleno conhecimento da história recente do país? Eram poucas pessoas otimistas sobre o resultado do trabalho de investigação.

E Cunha confirma esse descrédito publicamente em 2011, ao questionar atos não esclarecidos, ocorridos na ditadura brasileira dos anos 60 e 70 no Brasil, após a publicação do relatório da Comissão Nacional da Verdade:

Os atuais comandantes militares brasileiros foram cínicos nas críticas que fizeram ao projeto do próprio Governo sobre a Comissão Nacional da Verdade, destinada a investigar violações da ditadura aos direitos humanos. Falando em nome do Exército, Marinha e Aeronáutica, no documento revelado pelo jornal O Globo em março passado, os oficiais-generais escrevem: "Passaram-se quase 30 anos do fim do governo chamado militar...".

Só um raciocínio de má-fé explícita impede que se identifique o finado regime de 64 pela palavra que o define com precisão: uma ditadura, nascida do golpe que derrubou o presidente constitucional, trocado pelo rodízio no poder de cinco generais, com atos de força que esmagavam a Constituição, apoiados num dispositivo repressivo que prendia, torturava e matava, julgando civis em tribunais militares, sufocando a política, impondo censura, decretando cassação e forçando o exílio.

Pergunto: Os militares fizeram tudo aquilo e ainda duvidam do que fizeram? Afinal, querem que chamem tudo aquilo do quê?

Lamento que quase ninguém, na imprensa ou no Parlamento, tenha repudiado este desrespeito oficial para com a história recente do país.

É justo lembrar que, nesse pedaço feio da história, os militares não estavam sós.

Tinham ao seu lado toda a grande imprensa brasileira, não apenas nos editoriais raivosos, mas na conspiração científica que mobilizou o empresariado nacional nos três anos que antecederam o golpe – como revelou em 1981 o historiador e cientista político uruguaio René Armand Dreifuss (1945-2003), professor da Universidade Federal Fluminense, em seu clássico 1964: *A conquista do Estado*. (CUNHA, 2011)

Coerente com suas posições éticas e políticas, Luiz Cláudio Cunha aceitou participar da Comissão Nacional da Verdade e dela se retirou por divergências operacionais. Escreveu uma reportagem que historia a ação da repressão política na ditadura, a partir de documentos que corroboram a existência de fatos negados pelas autoridades militares. A resposta genérica dos comandantes foi contraposta aos documentos levantados junto aos órgãos de repressão. Inicialmente surgiu em um jornal impresso com o título original “Afinal, quem mente? Dilma ou os generais? no [jornal JÁ](#) (Porto Alegre, RS), 31/07/2014; O texto foi veiculado depois no Observatório da Imprensa, em 05/08/2014, mas não repercutiu em outros órgãos de informação, na área de reportagens. Este trabalho é repleto de dados, aponta as dificuldades para a investigação e há uma posição editorial do seu autor sobre o que foi apurado, conforme vemos nos recortes da matéria:

Para atender a um minucioso requerimento de 115 páginas enviado em 18 de fevereiro passado pela Comissão Nacional da Verdade (CNV), as Forças Armadas (FFAA) reuniram suas tropas para produzir um monumento à insensatez e ao deboche: um palavroso, maçante, insolente, imprestável conjunto de 455 páginas de relatórios militares que não relatam, de sindicâncias que não investigam, de perguntas não respondidas, de respostas não perguntadas e de conclusões nada conclusivas, camufladas em um cipal de decretos, leis, portarias, ofícios e velhos recortes de jornais falecidos.

Um histórico fiasco que passou em branco pela indolente imprensa brasileira, confinada a um registro burocrático, preguiçoso, sobre o sonso documento de resposta das FFAA.

A maçaroca militar ignorada pelos jornalistas tem de tudo. Tudo para defender o indefensável, para sustentar o insustentável, para dizer o indizível na novilíngua dos generais: nunca houve tortura, nunca aconteceu nenhuma grave violação aos direitos humanos nos quartéis nos 21 anos do regime militar imposto em 1964 pelas Forças Armadas que derrubaram o presidente João Goulart.

A sindicância das FFAA lembra, mais pela tragédia do que pela piada, a histórica charge do humorista e jornalista Millôr Fernandes (1923-2012) na edição de maio de 1974 da revista Veja, que mostra um preso esquelético pendurado na parede de uma masmorra.

Da fresta na porta da cela surge o comentário consolador do carcereiro: “Nada consta”. Por causa da piada, a ditadura sem graça dos generais endureceu ainda mais a censura sobre a revista então dirigida por Mino Carta.

Em resumo, é a pilhéria que repetem exatos 40 anos depois os militares brasileiros, diante das indagações da CNV sobre tortura e morte em seus quartéis: “Nada consta”.

Para expor esta cômica contradição em termos, que põe em dúvida até a existência da ditadura, os generais brasileiros recorreram a um arsenal de papel concentrado em 268 páginas do relatório da Marinha, 145 da Aeronáutica e 42 do Exército, um conjunto sem serventia que a Comissão Nacional da Verdade fuzilou sem dó nem piedade. Durante meses, os pesquisadores da CNV, auxiliados por especialistas da Universidade de São Paulo (USP), juntaram documentos, testemunhos e perícias para montar um consistente relatório que prova a ocorrência de graves violações aos direitos humanos nos sete endereços mais notórios da repressão coordenada pelos militares, situados no Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Pernambuco.

No início de 1970, naquele lugar listado pela CNV, padeceu durante 22 dias de suplício uma estudante mineira de 22 anos, integrante dos quadros de comando do grupo guerrilheiro Vanguarda Armada Revolucionária-Palmares (VAR-Palmares), onde era conhecida pelos

codinomes de ‘Estela’ ou ‘Vanda’. Na ficha da polícia, ela era identificada como Dilma Vana Rousseff, ou Linhares, seu nome de casada. Passadas quatro décadas, a guerrilheira, presa e martirizada ‘Estela’ tornou-se a presidente da República Dilma Rousseff. Foi investida assim, pela força da democracia, na condição de Comandante-Suprema das Forças Armadas. A torturada Dilma é, desde 2011, a chefe incontestável dos comandantes militares que hoje negam a tortura. Cria-se, assim, uma insuperável contradição ética e institucional entre a autoridade máxima do País e seus comandados de farda:

Quem está dizendo a verdade? A presidente da República ou os comandantes das FFAA?

Ou, dito de outra forma, quem está mentindo? Dilma ou os generais?

(CUNHA, 2014)

O jornalista Luiz Cláudio Cunha protesta reportando, opinando, mostrando como deve ser o trabalho dos jornalistas e não se furtou em chamar a imprensa brasileira de “indolente”, “burocrática”, “preguiçosa”. Seu trabalho, impresso em um jornal alternativo de Porto Alegre, que tirava cerca de 2.000 exemplares passou despercebido para a maioria dos brasileiros. Mas foi marcante pelo levantamento de dados e pelo questionamento da despolitização do tema e pelo exemplo de como podemos ligar os fatos da história com a prática do jornalismo.

Em 2016, L. C. Cunha publica no Observatório da Imprensa grande reportagem: OPERAÇÃO CONDOR. Brasil e Argentina, duas atitudes totalmente diferentes (https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/04/politica/1530734238_207748.html)

L. C. Cunha relata com detalhes os resultados das apurações, o trabalho do poder judiciário, as ações da imprensa, os processos de investigação para localizar pessoas desaparecidas, algumas vivas e outras que foram torturadas e mortas, a cooperação na troca de informações entre Argentina, do Uruguai, Paraguai, Chile e o acesso a arquivos abertos nos Estados Unidos com informações sobre as ditaduras do continente.

A tragédia da Operação Condor, enfim julgada e condenada em Buenos Aires, mostra que Argentina e Brasil, agora, mostram uma inesperada convergência — para pior, no plano sensível dos direitos humanos.

O Brasil tem fracassado miseravelmente no seu acerto de contas com o passado. Enquanto os países mais importantes da região instalavam suas Comissões da Verdade no mesmo ano em que caíam suas ditaduras (Argentina em 1983, Uruguai em 1985 e Chile em 1990), o Brasil da eterna conciliação viu o último general deixar o Palácio do Planalto em 1985 e ainda esperou longos, insuportáveis 27 anos para implantar sua comissão. (CUNHA, 2016)

E assinala sua decepção com o que aconteceu no Brasil:

Cinco presidentes civis — José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva — passaram omissos diante do tema, que só foi atacado em 2012 no governo de Dilma Rousseff, o único governante entre eles que carregava a condição de ex-guerrilheira, presa política e torturada na ditadura. Dilma teve o mérito de instalar a Comissão Nacional da Verdade (CNV), mas o demérito de não defendê-la contra a persistente sabotagem dos comandos militares, que ao longo de seu governo mostraram desdém, desatenção e clara hostilidade aos trabalhos de investigação. (CUNHA, 2016)

Conclusão:

Jornalistas devem defender o interesse público, os direitos dos cidadãos, tal como lembra Soledad Gallego Díaz. Que esta não é uma profissão para cínicos, diz ela citando Kapuzcinski.

Ela divulga o documento publicado pelos jornalistas guatemaltecos, talvez um dos mais ameaçados no mundo: “Nada diz que foi fácil para os jornalistas perder o medo diante dos poderosos. Mas, para que serve o jornalismo, se não é para que o resto da sociedade tenha a informação para enfrentar esses medos?”

Tudo indica que ao assumir a direção do jornal EL PAÍS, em junho de 2018, Gallego-Días, seguirá uma diretriz profissional coerente com suas proposições de 2013:

É importante para a sociedade o trabalho com jornalismo investigativo. Que exige contexto, credibilidade, testemunho, verificação. Todas essas técnicas pedem um certo tempo e em nenhuma circunstância devemos abandoná-las. Devemos ter clareza sobre este ponto. Se as abandonamos, nos suicidamos.⁶

⁶ "Nadie dijo que fuera fácil para los periodistas perder el miedo ante los poderosos. Pero, ¿para que sirve el periodismo, si no es para que el resto de la sociedad tenga información con la que enfrentar esos miedos?"

El periodismo de indagación sigue siendo un trabajo importante para la sociedad. Exige contexto, credibilidad, testimonio, verificación. Todas esas técnicas exigen un cierto tiempo y no deben abandonarse por ninguna circunstancia. Eso es algo que debemos tener claro. Si lo abandonamos, nos suicidamos

O jornalista Luiz Cláudio Cunha demonstra que o repórter com suas questões, persistência, competência técnica, seus princípios éticos e políticos consegue informar e opinar. Mas a veiculação de dados completos enfrenta dificuldades pela falta de órgãos de divulgação para um público mais amplo e não conhecedor do tema abordado. A magnífica reportagem sobre a Operação Condor no Brasil e na Argentina, teve comentários de leitores conhecedores do tema: tortura, mortes e desaparecimentos de militantes políticos nas ditaduras da América Latina. E um dos leitores indicou o filme *El Boton de Nácar*, obra do cineasta chileno Patricio Gusmán.

No ensino de história do jornalismo, buscamos comunicar experiências e valores dos que vivenciaram o jornalismo. A universidade deve preparar os estudantes para iniciar a prática cotidiana, sob condições reais de produção. Mas a formação profissional dos jornalistas deve ser permanente, ela é contínua porque deve interagir com as mudanças na sociedade.

Referências bibliográficas

_____. “Brasil é condenado por não investigar assassinato e tortura de Vladimir Herzog”, EL PAÍS, 5 de julho de 2018. Disponível em: (https://brasil.elpais.com/brasil/2018/07/04/politica/1530734238_207748.html). Última consulta em 9/07/2018;

_____. Comitê El País. Sítio organizado pelos jornalistas despedidos de El País. Comitê El País, 2012, Disponível em <http://elpaiscomite.blogspot.com.br/>. Última consulta em 20/06/2018.

CUNHA, Luiz Cláudio. “Todos temos que lembrar”. Discurso proferido na cerimônia de diplomação do autor com o título de Notório Saber em Jornalismo, outorgado pela Universidade de Brasília (UnB), em 9 de maio de 2011. Disponível in: Observatório da Imprensa, em 11/05/2011, edição 641. <http://observatoriodaimprensa.com.br/imprensa-em-questao/todos-temos-que-lembrar/> . Última consulta em 05/07/2018.

_____. “Generais omitiram até os 22 dias que Dilma Rousseff amargou no DOI CODI.”. jornal JÁ (Porto Alegre, RS), 31/07/2014. Disponível in: <http://jornalja.com.br/generais-omitiram-ate-os-22-dias-que-dilma-rousseff-amargou-no-doi-codi/>. Última consulta em 10/07/2018. Publicado no Observatório da Imprensa em 05/08/2014, edição 810 [http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/ed810 quem mente a pridente ou os generais](http://www.observatoriodaimprensa.com.br/news/view/ed810_quem_mente_a_pridente_ou_os_generais) . Última consulta em 10/07/2015.

_____. Operação Condor. Brasil e Argentina, duas atitudes totalmente diferentes. Observatório da Imprensa, 10/06/2016, edição 906. Disponível em <http://observatoriodaimprensa.com.br/interesse-publico/brasil-e-argentina-duas-atitudes-totalmente-diferentes/> . Última consulta em 09/07/2018.

GALLEGO-DÍAZ, Soledad. “Si te van a matar, no te suicides”, apresentado na abertura do 26º curso da Escuela de Periodismo EL PAÍS, em 15/03/2012 .. Disponível in: http://elpais.com/elpais/2012/03/15/opinion/1331836802_010235.html . Última consulta em 20/06/2018.

_____. COLUNA Vá em frente, #MeToo! 19 fev. 2018. Disponível em https://brasil.elpais.com/brasil/2018/02/16/opinion/1518799282_228042.html). Última consulta em 9/07/2018.

